



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
3º CONGRESSO UNIVERSITÁRIO DA UNEMAT**



PROPOSTA DE NOVA MUTUM

Pré-tese do Câmpus de Nova Mutum apresentada à Comunidade Acadêmica para apreciação, discussão, validação e posterior encaminhamento às demais etapas do 3º. Congresso.

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros aqui relacionados são autores dessa pré-tese e têm ciência de seu conteúdo e autorizam seu encaminhamento e publicação conforme previsto no Regimento do 3º Congresso Universitário da UNEMAT.

MARIA ELOISA MIGNONI

ALEXANDRE AGOSTINHO MEXIA

ELETISANDRA DAS NEVES

DOCENTES

EDER PEREIRA FERNANDES

EDNEIA APª SOUZA ANDRADE SANTOS

GICELA TERESINHA NICOLETTI


PROFISSIONAIS TÉCNICOS DO ENSINO SUPERIOR


THIAGO SALAMONI DALLABRIDA


CRISLAINE BORGES RAIMUNDO

ELIZANGELA CARNIEL


DISCENTES

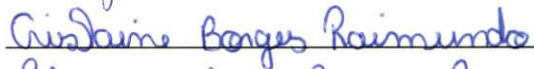


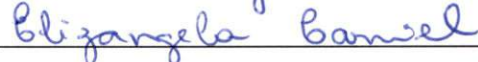



_____




_____





EIXOS TEMÁTICOS QUE FAZEM PARTE DESSA PRÉ-TESE (Assinalar)

- (**X**) Eixo 1 - Graduação
- (**X**) Eixo 2 – Pós-graduação
- (**X**) Eixo 3 - Pesquisa
- (**X**) Eixo 4 – Extensão e Cultura
- (**X**) Eixo 5 - Gestão
- (**X**) Eixo 6 – Política Estudantil
- (**X**) Eixo 7 – Política de Financiamento

RESUMO

Essa pré-tese contempla todos os sete eixos temáticos, para a sua elaboração foram realizadas algumas reuniões para discussão e apresentação das propostas, onde as experiências do dia a dia, de toda a comunidade acadêmica participante, foram consideradas a fim de elaboração da pré-tese com o intuito de realizar melhorias necessárias nas políticas macro da Universidade do Estado de Mato Grosso.

INTRODUÇÃO

A pré-tese foi elaborada com a participação dos três segmentos (docentes, discentes e PTES) em atendimento a resolução 015/2016 do CONSUNI.

Foram organizadas reuniões por segmentos, onde as ideias foram expostas e digitalizadas, após foram realizados encontros com os três segmentos para a descrição e formatação das ideias.

A pré-tese aborda todos os eixos temáticos sendo: Graduação, Pós-graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Gestão, Política Estudantil e Política de Financiamento.

Todos os eixos possuem as propostas descritas em conformidade com as normas exigidas. Após são resumidas conforme quadro anexo para ser apresentado no Seminário Local para validação da proposta.

A pré-tese tem como objetivo apresentar uma nova proposta de reformulação das macros políticas para a universidade, tratando de cada eixo de modo geral que atenda a todas as unidades da universidade, bem como que contemple toda a comunidade tanto acadêmica como comunidade em geral.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

A pré-tese tem como objetivo apresentar propostas embasadas teórica e legalmente para se implementar macro políticas para a Universidade do Estado de Mato Grosso em atendimento ao exigido pelo Congresso Universitário, este que é instância definidora das macro-políticas da Instituição.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

2.2.1 Apresentar propostas que visem a melhoria e a qualidade do ensino superior público;

2.2.2 Apresentar as propostas no seminário local para a apreciação de todos e consolidação no seminário regional;

2.2.3 Após consolidação de todas as ações e reformulações, apresentação, discussão e aprovação no seminário final;

2.2.4 Após aprovação fiscalizar e garantir que todas as propostas aprovadas sejam implementadas com eficiência e eficácia.

3. METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO DA PRÉ-TESE

A pré-tese teve como metodologia de construção primeiramente reunião geral da comissão local do Congresso Universitário com todos os segmentos. Nesta reunião foram apresentados os documentos que regem o Congresso universitário, bem como foi apresentado teoricamente o que é o qual a função deste Órgão na universidade.

Em seguida foram realizadas reuniões por segmentos, onde cada pessoa apresentou sua ideia ou proposições. A proposição foi projetada em slides e apresentada para todos, onde se acrescentavam mais proposta e ações para determinado problema ou ineficiência da universidade.

Também foram realizadas muitas discussões se as propostas tinham garantias de legalidade ou financeira para, se aprovadas serem implementadas.

Criou-se então a partir das primeiras reuniões um documento on-line, com o modelo de pré-tese, na qual todos tiveram acesso e contribuíram, fundamentando suas ideias.

Nas últimas reuniões esse documento era apresentado em slides para a apreciação ou colaboração de outros participantes, tornando as proposições mais completas teoricamente.

Essa metodologia teve bom resultado, pois foram muitas contribuições na elaboração da pré-tese.

Sendo que a pré-tese tem muitas exigências, podemos dizer que foi um trabalho árduo, e que o tempo foi pouco. Pensamos que para a mesma ser melhor estruturada e lapidada se faz necessário pelos menos 30 dias após a devolução da avaliação e apreciação da comissão local, para fazermos os ajustes necessários para atender rigorosamente a normatização do Congresso Universitário.

4. JUSTIFICATIVA

A pre-tese apresenta todos os eixos, suas propostas e justificativas estão abaixo descritas e fundamentadas.

I. Graduação

a. *Inovações Curriculares*

a.1 Normatização das matrizes curriculares em relação a distribuição de carga horária durante o curso.

Exemplo de caso: Temos determinados cursos com total de carga horária de 4080 horas. Considerando que ATIVIDADES COMPLEMENTARES não são presenciais por parte do docente, teríamos um restante de 4020 horas para as disciplinas.

Nessa situação, um curso com integralização de 10 semestres, e caso fosse distribuído uniformemente essa carga horário, teríamos 402 horas aproximadamente para cada semestre.

Cabe nesse caso salientar a importância do Estágio Curricular no processo de formação do profissional, pois essa disciplina deveria ter no mínimo 360 horas com lotação de 6 docentes de áreas diversas com intuito de orientar os alunos nas diversas possibilidades de temas e locais.

Entretanto nos deparamos com Estágio Curricular de 120 horas, ou seja, no último semestre foi retirado 240 horas e sobrecarregado em semestres anteriores. Como impacto, temos excesso de disciplinas em determinados períodos, e caso esse seja no início de curso, implica em desmotivação causando altas taxas de reprovação.

Lembrando que em um curso, a matriz curricular deveria ser montada, obviamente nas necessidades dos cursos e NÃO NA FORMAÇÃO DO DOCENTE.

a.2 Formação do estudante universitário tendo como base um currículo cultural que permita ao estudante obter uma ampla formação geral sobre a qual possa embasar a formação da área específica;

Pensar e discutir uma grande reformulação curricular empreendida a partir de constatação da necessidade de pensar sobre o que é ensinado aos estudantes, como é ensinado e sobre o reconhecimento de que cada currículo, curso de estudos ou

forma pedagógica que pode sempre ser melhorado. Assim, uma das dimensões que devem ser revistas, discutidas e propostas refere-se às inovações pedagógicas com vistas não apenas a uma busca constante de sua adaptação às novas proposições curriculares, mas também às condições da melhora de sua qualidade. O espírito da revisão é de equiparar em excelência os níveis acadêmicos do ensino e da pesquisa oferecidos aos estudantes, para que a Universidade seja conhecida tanto pelo excepcional ambiente de pesquisa como pelo superior ambiente de ensino e aprendizagem. Fonte (artigo - Educação geral na Universidade Harvard: a atual reforma curricular - Revista Ensino Superior Unicamp - disponível em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/.../educacao-geral-na-universidade-h>). Esse processo iniciou-se no ano de 2002, com implantação em 2007. A universidade empreendeu a reestruturação curricular por meio de um processo democrático de discussão entre os quatro principais grupos que a compõem: professores, alunos, ex-alunos e administração.

a.3 Os currículos devem ser atender a carga horária mínima estabelecida nas Diretrizes Curriculares, como:

1 - todos os Cursos presenciais deverão ofertar os 20% permitidos por lei, a distância, em plataforma tecnológica;

2 - as matrizes curriculares dos cursos iguais deverão ter 90% de igualdade, 10% deverá ser para atendimento às tendências do local;

3 - as disciplinas de formação geral, como matemática básica, cálculo, língua portuguesa, filosofia, sociologia, entre outras deverão ter suas ementas iguais, independente de qual curso seja;

4 - criar um programa de formação continuada, o acadêmico faz a graduação e já ingressa em pós-graduação

b. Formas de Ingresso e Permanência dos Acadêmicos

b.1 Elaborar um sistema de seleção unificada para ingresso em cursos da UNEMAT, onde o candidato antes do vestibular, não escolha o campus ou curso para o qual deseja se inscrever. A prova do vestibular é aplicada e cada candidato tem sua pontuação atribuída conforme o desempenho.

Em um segundo momento, cada candidato utiliza essa pontuação para se

candidatar ao curso/campus que desejar dentro da instituição (ficando assim os mais bem pontuados com vantagens de escolha, como no SISU), e os candidatos que não conseguirem entrar em um curso específico, terão no sistema todos os outros cursos da instituição como uma alternativa, evitando assim que cursos fiquem ociosos por não terem sido a opção inicial do vestibulando.

b.2 Fixar a taxa de vestibular com um valor máximo de 5% do valor do salário mínimo vigente para os candidatos em geral, estipulando a gratuidade aos alunos que fizeram 100% do ensino médio em escola pública e bolsistas de 100% em escolas particulares. (Além dos casos já previstos na legislação)

b.3 Oferecer estruturas de apoio para os alunos, principalmente para os recém-ingressantes. O que a universidade faz para atender aos acadêmicos ingressantes econômica e socialmente desfavorecidos? Ou que programas dão conta da inserção universitária, cuidando da transição da cultura escolar da educação básica para o *hábitus academicus*?

Vale destacar que as IES têm papel importante em relação à permanência dos alunos quando considerados a infraestrutura ofertada, como moradia estudantil, apoio ao transporte, biblioteca, refeitório, apoio para estudantes com deficiência física, entre outros. Para autores como Tinto, a permanência do estudante no ensino superior é bastante influenciada pela integração ao ambiente social e acadêmico, além de estar associada ao nível de expectativas do aluno. Dessa forma, quanto maiores forem as expectativas (educacionais e de carreira) e quanto mais satisfatória for sua integração social e acadêmica, suas chances de evasão diminuem.

Propostas de apoios que podem ser implementados pela Universidade

1. Implantação e regulamentação de alojamento estudantil para acadêmicos em situação comprovada de vulnerabilidade; Quanto tempo - em até 10 anos; ou após a UNEMAT ser reestruturada por pólos e áreas de conhecimento e uma maior implementação no oferecimento de cursos no formato EAD - Turmas fora de sede e parceladas. Pois desta forma teríamos menos câmpus e maior abrangência da Universidade no estado. *(ver propostas em: eixo Gestão -*

estrutura organizacional e item c - oferta de cursos - eixo Graduação).

2. Criação de um setor para atendimento ao acadêmico (no sentido de comunicação, social, apoio, informações). A PRAE qualificar uma equipe em cada câmpus para fazer a acolhida dos ingressantes - (equipe com professores, alunos, técnicos – pode ser um projeto de extensão), onde esta equipe faz uma acolhida geral apresentado a universidade e depois entrevista individual para saber das dificuldades e expectativas. Analisando o que o aluno necessita para a adaptação no município e no ambiente acadêmico. - Implantação em 1 ano;
3. Criar um canal de atendimento via chat e telefone para esclarecer dúvidas aos ingressantes quanto: ao clima do município, aluguel de imóveis, alimentação, mercado, farmácias, localização da universidade quanto aos demais pontos comerciais do município. Informações sobre moradia – dividir casa ou apto; informações sobre bolsas de apoio, pesquisa e extensão, entre outros assuntos importantes, aos ingressantes de outros municípios e estados. (projeto de extensão para que as pessoas possam estar sempre atualizadas sobre os assuntos a serem informados). Este canal faz parte do setor de atendimento ao acadêmico. Implantação em 1 ano.

c. Oferta de Cursos

c.1 Oferta de turmas fora de sede de cursos nos quais a demanda local já está comprovadamente baixa (nos últimos 5 ou 6 ingressos), sem pró-labore ou bolsa extra para oferta;

c.2 Planejamento de curto, médio e longo prazo para criação e/ou extinção/remanejamento de cursos em todos os câmpus, de modo que possa haver uma adequação ao longo do processo, evitando a criação de cursos com pouca demanda e com estrutura precária. Obs: Este documento deve estar acessível ao público através do portal institucional. Realizando estudos de demandas através de comissão local formada por representante dos 3 segmentos e se possível com representação também da comunidade local. A metodologia desse estudo de demanda deverá ser definida através de Conepe e deverá ser aplicada da mesma

forma em todos os câmpus e cidades que se enquadrarem nessa dificuldade de baixa demanda.

c.3 A UNEMAT oferecerá cursos de Licenciatura, bacharelado e Tecnólogos superiores, poderá ofertar novos Curso de Graduação nas modalidades Presencial, Parceladas, Fora de sede, Indígena e a Distância.

Presencial: entrada semestral e tem oferta de forma contínua, em conformidade com o Calendário Acadêmico, aprovado em CONEPE.

Parceladas: são modulares, tem entrada e periodicidade definidas no Programa ou Projeto Pedagógico do Curso (PPC) é uma modalidade diferenciada de ensino, com o objetivo de atender às demandas de formação docente em diferentes regiões do estado de Mato Grosso. Os cursos são presenciais, alguns em regime parcelado e outros em regime contínuo, ofertados em rede continuada, para a formação em serviço de servidores públicos da educação básica do Estado de Mato Grosso. Esta modalidade também atenderá os bacharelados em casos excepcionais, seguindo as regras das licenciaturas.

Distância: modalidade na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, cujas atividades são desenvolvidas em lugares ou tempos diversos, com periodicidade previamente definida no Programa ou PPC.

Indígena: visa à formação de profissionais indígenas, são modulares.

Fora de sede: é uma turma de Ensino de Graduação modular, implantada em razão de demanda especial, de oferta não regular e temporária tem entrada e periodicidade definidas no PPC, deve obrigatoriamente estar vinculada a um curso e faculdade existente e reconhecido.

As condições para que a UNEMAT ofereça qualquer uma das modalidades devem seguir os seguintes critérios:

§1º. Presencial:

- a) ter demanda comprovada tanto em âmbito nacional, quanto regional e local;
- b) respeitar a distância geográfica de no mínimo de 150 Km entre os campi que oferecem o mesmo curso;
- c) deverá ser respeitada a vocação de campus, para assim fortalecer as

áreas já existentes no Campus;

d) deverá ser comprovada a existência de estrutura física para atendimento do novo curso, tais como: sala, laboratórios e biblioteca;

e) ser realizada a previsão orçamentária de execução do curso completo, prevendo todos os professores com nível de doutorado décimo nível, com Dedicção Exclusiva (DE);

f) turmas com no máximo 40 alunos;

§2º. Turma fora de sede

a) comprovar demanda específica da região;

b) não for atendida por migração ou rotatividade de cursos de outros Campi, conforme resolução específica;

c) não for atendida por educação a distância;

d) turma única;

e) que seja ofertado em núcleos e campi da Unemat;

f) financiamento externo comprovado;

g) turmas com no máximo 50 alunos;

§3º. Parceladas

a) demanda comprovada na região;

b) Curso de turma única;

c) que seja ofertado em núcleos e campi da Unemat;

d) não poderá haver no local curso presencial igual ao da parceladas;

e) ter espaço físico para a oferta e execução do curso;

f) ser ofertado em finais de semana e no período de férias;

g) comprovada a capacidade orçamentária de execução;

h) realizar vestibular específico;

i) financiamento externo comprovado;

§4º. Modalidade a distância:

l) Cursos com financiamento externo:

a) ter demanda comprovada da região;

b) não ser igual a cursos que tenham no campus ou em locais com menos 150Km;

c) ser ofertado como turma única;

e) o vestibular deverá ser ofertado em momentos diferentes do

presencial, ou seja, não coincidir com o vestibular para os cursos presenciais;

f) financiamento externo comprovado;

II) Curso a distância da Unemat:

a) quantidade de turmas definido no PPCs, podendo ser única como múltipla;

b) ter demanda comprovada tanto em âmbito nacional, quanto regional e local;

c) cursos que eram presenciais transformados em EAD;

d) ter docentes concursados;

e) adotar o mesmo método de ingresso que os presenciais;

§5º. Indígena:

a) demanda específica comprovada;

b) oferta de turma única;

c) financiamento externo comprovado;

d) vestibular específico;

c.4 Nos Câmpus onde houver a migração de cursos para outra localidade (como no caso de Colíder), garantir que para cada curso que saia, seja ofertado continuamente, pelo menos dois curso de turma única e/ou EAD, garantindo sempre 2 turmas para cada curso que saiu. As ações a serem tomadas em relação a curso presenciais que estão sem preencher turmas podem ser:

§1º. Migração de Curso de Graduação presencial para outro Campus quando:

a) o curso presencial não apresentar mais demanda;

b) haver quatro seleção de ingresso sem preencher as turmas;

c) ter deixado sem vestibular por dois anos;

d) a estrutura física e pedagógica deverá acompanhar o curso;

§2º. Rotatividade de Cursos:

a) Rotação de turmas mantendo a base, ou seja, uma turma na base e outro em outro campus, mudando de campus a cada turma ofertada;

b) comprovada estrutura para a oferta da turma;

c) todos os professores da sede do curso devem ministrar aulas nas turmas fora do câmpus;

d) somente em caso da inexistência de professores efetivos é que será possível

contratar professores efetivos para atender demandas específicas dos cursos fora do câmpus

§3º. Distância:

- a) não ter mais demanda presencial;
- b) ter professores efetivos;
- c) ter estrutura física para execução do curso a distância;
- d) não ter impacto financeiro para contratação de professores;

§4º. Extinção:

- a) durante 2 vestibulares sem atingir 50% e já ter sido migrado ou transformados em ensino a distância; considerar vestibulares ou ingressos (sisu)?

§5º Normatização para migração de cursos entre Câmpus:

Atualmente temos determinados cursos com mínimo número de ingressos e essa situação poderia ser resolvida com a transferência de cursos entre Campus. Contudo isso ainda não é discutido de forma clara nos colegiados por não haver normatização a respeito.

Cada Campus deveria ter acompanhamento pedagógico muito mais específico em relação ao RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO, pois nesse documento há dados importantes em relação a todos os segmentos.

II. Pós-graduação

a. Políticas de consolidação da Pós-Graduação

a.1 Pós-graduação lato sensu, pagas (reestruturar a FAESPE para administrar financeiramente a execução de cursos de pós-graduação lato sensu). Implantação a partir de 2018, após estudos de viabilidade, regulamentação e aprovação nos conselhos;

a.2 Incentivo de credenciamento de novos professores nas pós-graduações, com ações como:

- 1 - Flexibilização do descredenciamento de professores que atuam em mais de um programa e descredenciamento automático dos que não atinjam as metas

estabelecidas pela CAPES;

2 - Manutenção de nível mínimo de publicações, correspondente ao nível de publicações para o credenciamento, ou mais, em caso de elevação do conceito do curso;

b. Expansão da Pós-Graduação

b.1 Pós-graduação *stricto sensu* – mestrado no formato 3T (modular no período de férias) nas áreas de gestão, administração e educação. Já existem vários programas neste formato acontecendo no Brasil, programas autorizados pela Capes e reconhecidos pelo Mec. Esse formato traria para a Universidade nos períodos de férias acadêmicas outra clientela, sendo profissionais tanto da área da educação como da administrativa que vem em busca de uma formação continuada e que o único tempo disponível são esses períodos de férias acadêmicas e escolares. Implantação em até 2 anos, após estudos de viabilidade tanto quanto a legalidade e qualidade, regulamentação e aprovação pelos conselhos.

c. Relação Graduação e Pós-Graduação

c.1 Incentivo da integração graduação e pós graduação, criando um programa de ensino continuada, onde o discente faz uma graduação enxuta, de menor duração e já ingressa em *latu sensu* ou *stricto sensu*, e também do *latu* para o *stricto* com implantação em até 2 anos, após estudos de viabilidade tanto quanto a legalidade e qualidade, regulamentação e aprovação pelos conselhos.

d. Financiamento da Pós-Graduação

d.1 Para *latu sensu* deverá ser cobrado mensalidade pelos cursos via Fundação.

d.2 Fortalecimentos de programas de pós-graduação *latu sensu* com criação de vários cursos, tanto para os profissionais da universidade como para a comunidade em geral. Nos cursos relacionados com a área pública, implementar políticas de reserva de vagas para servidores públicos tanto da esfera municipal, estadual e

federal. Implantação em até 2 anos, após estudos de viabilidade, regulamentação e aprovação pelos conselhos.

III. Pesquisa

a. Políticas de Pesquisa

a.1 Criar políticas com a possibilidade dos PTES se dedicarem a atividades em projetos de Pesquisa, Extensão, Cultura e outras, em até 10 horas semanais, que serão contabilizadas para a carga horária total de 40h; Implementação em até 1 ano.

a.2 Custear a instalação e manutenção de equipamentos de pesquisa, implementar a contrapartida da universidade com reserva orçamentária para tal ações. Implantar após estudos de viabilidade financeira, em cada câmpus que desenvolve projetos e programas de pesquisas.

a.3 Criar políticas para fomentar os projetos e programas de pesquisas como:

- Simplificar a institucionalização de projetos de pesquisa com financiamento em órgãos de fomento, tanto no âmbito de coordenação, quanto na participação como membro externo;
- Integrar pesquisas com participação de graduandos e pós-graduandos;
- Favorecer a indissociabilidade entre a pesquisa, ensino e extensão;
- Aquisição de áreas experimentais;
- Contratação de funcionário de campo (serviços gerais, técnicos) para implantação e execução de pesquisas;
- Criação de estrutura de laboratórios de pesquisa, contendo espaço físico, instalação elétrica e hidráulica adequadas;
- Capacitação de técnicos de laboratório visando a demanda de pesquisas;
- Fomentar a integração de trabalhos de conclusão de curso em projetos de pesquisa;
- Aquisição de equipamentos, reagentes para estrutura de pesquisa para trabalhos de conclusão de curso;
- Criar estruturas para o tratamento e descarte de resíduos

b. Consolidação de Núcleos, Grupos e Centros de Pesquisa

Discussão sobre a importância dos grupos de pesquisa nos Câmpus de áreas afins, com o intuito de aglutinar os grupos com linhas de pesquisas iguais ou semelhantes.

c. Fomento de Pesquisas e Bolsas de IC

c1 Criação de normas para parcerias público/privada no âmbito das Fundações, tanto para pesquisas, como para bolsas de IC e pós-graduação.

c2 Criação de normas para Incentivo de participação de PTES nos programas de pós-graduação da UNEMAT.

IV. Extensão e Cultura

a. Fortalecimento da Cultura na Universidade

a.1 Implementar projetos de extensão na universidade em todos os Câmpus para a Criação de espaços de convivência, buscando parcerias com entidades que desenvolvam atividades culturais. Implantação em até 2 anos, após estudos de viabilidade, regulamentação e aprovação pelos conselhos.

a.2 Apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais das comunidades, com ações de extensão, pesquisa e inovação, pensando os câmpus como centros irradiadores de produção artística e cultural, tanto para circulação interna, com a realização de mostras, seminários e festivais, quanto externa, com atuação em escolas públicas e com parceria direta de artistas e grupos artísticos das regiões. O projeto da universidade deve perpassar a construção de um projeto cultural que leva em conta a extensão na área da cultura, pesquisa e o fortalecimento dos cursos, para pensá-las, inclusive, como espaços culturais abertos a toda comunidade. Elaborando um plano estruturado, consistente e alinhado com os

Planos Nacionais de Educação e de Cultura, com ações que já são desenvolvidas e ações inovadoras. Trabalhando os saberes no âmbito da universidade possibilitando o acesso da comunidade e os saberes da comunidade para a universidade. Implantação em até 2 anos, após estudos de viabilidade, regulamentação e aprovação pelos conselhos.

b. Programas de Esporte para a Qualidade de Vida da Comunidade Acadêmica

b.1 Realização da Olimpíada Universitária a cada 2 anos, projeto este que já acontecia na universidade e que está esquecido. Implementação já para o próximo ano de 2018.

b.2 Fomentar e implementar projetos de extensão em todos os Câmpus com programas de atividades físicas e culturais como: (saraus, concurso de poesias, apresentações culturais, exposições, palestras motivacionais, etc.) Estes projetos e ou programas devem envolver os três segmentos tanto na elaboração como da implantação de tais ações. Implementação em até 2 anos.

c. Fortalecimento da extensão Universitária

c.1 Criar políticas que visem o fomento da extensão universitária como:

- Buscar parcerias com outras instituições, empresas, para desenvolvimento de projetos de extensão;
- Implantar um Centro/Setor que facilite o oferecimento de cursos de extensão voltados à comunidade acadêmica e comunidade externa. Atraindo e dando visibilidade à instituição. Como exemplo, cito o Projeto UNIPOP / Sinop, que oferece cursos diversos como: inglês básico, matemática, libras, violão, artesanato, etc. Estes cursos seriam todos gratuitos e oferecidos por voluntários, sendo a UNEMAT a certificadora e responsável pelo oferecimento dos espaços institucionais;
- Criação de centro de línguas para ensino/aprendizagem de idiomas.
- Elaboração de normatização para a cobranças de atividades desenvolvidas na extensão, ex: eventos, cursos de qualificação,

prestação de serviços, via empresa júnior;

- Participação dos PTES em projetos de Pesquisa, Extensão, Cultura e outras em até 10 horas semanais, que serão contabilizadas para a carga horária total de 40h.

*Essas políticas devem ser criadas e implementadas em até 2 anos após estudos e análise da viabilidade, regulamentação e aprovação pelos conselhos.

d. Prestação de Serviços/Empresa Júnior/Incubadoras de Empresas/Ligas Acadêmicas

d.1 Criar políticas de regulação e implantação da empresa júnior, buscando parcerias com o setor privado para a implementação com equipamentos necessários para desenvolver estudos e prestar serviços, regulamentando as formas de cobrança pelos serviços prestados. Essas ações trariam um maior envolvimento da sociedade com a universidade bem como proporciona profissionais mais qualificados para o mercado de trabalho. Quando - implantação em até 2 anos, após estudos e análise da viabilidade, regulamentação e aprovação pelos conselhos.

V. Gestão

a. Organização Institucional

Criação de uma equipe ou grupo de profissionais para a reestruturação da organização da instituição como:

a.1 Adequação do organograma da Unemat, alterando as estruturas locais de forma que apresentem uma estrutura padrão para todos os câmpus, seguindo o modelo da estrutura do câmpus que possui o maior número de chefias e assessorias (Cáceres). Possibilitando assim maior isonomia para os servidores que muitas vezes desenvolvem trabalhos exatamente iguais em câmpus distintos e não têm os mesmos direitos, como nos casos de supervisores de recursos humanos ou financeiros por exemplo, que em alguns câmpus recebem dga e em outros não;

a.2 Fusões das SAAs e Coordenações de curso criando a Secretaria Geral de Cursos, possibilitando: otimização dos recursos materiais e humanos, agilidade no encaminhamento de processos, melhoria na comunicação interna, entre outros. Essa reestruturação proporcionará melhora no atendimento a comunidade acadêmica e comunidade em geral, bem como facilitará o desenvolvimento das atividades administrativas, ficando o pedagógico a cargo da faculdade. Implantação em até 2 anos, após estudos de viabilidade, regulamentação e aprovação nos conselhos.

a.3 Manutenção das SAAs, no modelo atual, pois estão de acordo com a legislação, ficam independentes, pois possuem processos diferentes das coordenações dos cursos;

a.4 Reestruturação das faculdades; sendo uma faculdade por cursos de áreas afins com um diretor e um assessor pedagógico e dependendo da quantidade de cursos desta faculdade, definir 1 servidor a cada 3 cursos, pois como a universidade está implantando um sistema unificado de gestão acadêmica as atividades serão provavelmente menos morosas. Esta reestruturação proporcionará menos burocracia e um melhor acompanhamento das atividades fins da universidade. Implantação em até 2 anos, após estudos de viabilidade, regulamentação e aprovação nos conselhos.

a.5 Criação de faculdades das áreas afins na sede administrativa, com estrutura de 1 docente das áreas afins e equipe técnica qualificada.

a.6 Criação do setor de estágios, dentro da estrutura da Secretaria Geral de Cursos, sendo este responsável por buscar convênios e fazer o encaminhamento e acompanhamento dos estagiários; Este setor proporcionará um maior envolvimento com a sociedade, pois fará o marketing da universidade formando profissionais qualificado de acordo com as exigências do mercado. Implantação em até 2 anos, após estudos de viabilidade, regulamentação e aprovação nos conselhos.

a.7 Mudança da Sede Administrativa para Cuiabá / Várzea Grande.

Considerando as características multi campi da Unemat, a centralização da sede administrativa se faz necessário para um melhor logística das atividades

administrativas.

No que tange a reuniões de conselhos superiores, comissões, reuniões de diretores, coordenadores de projetos e eventos, todas as semanas acontecem várias reuniões com essas características, onde servidores deslocam-se de todos os campus para participarem. Com a sede administrativa na capital, as viagens poderiam ser menos desgastantes e em menor tempo, economizando assim recursos humanos e financeiros.

Além do número de viagens diárias, que saem da sede em Cáceres, para tratar de assuntos administrativos em Cuiabá, gerando custos de diárias para os gestores e motoristas, deslocamento de veículos, combustível entre outros.

Também podemos citar, a vantagem de estar mais próximo dos órgãos da administração do Estado, onde tramitam os processos administrativos da instituição, pois muitas vezes os processos levam um tempo considerável para serem enviados até Cáceres, analisados e depois despachados para Cuiabá, demandando serviços de entrega dos correios, o que pode em alguns casos gerar morosidade nos processos.

a.8 Reorganizar a estrutura da unemat acrescentando os câmpus e estes deverão ser vocacionados por área, de acordo com a região. ex: Nova Mutum é forte no agronegócio e indústria, os cursos do câmpus deverão ser voltados para o agronegócio e para a indústria. O fato do câmpus ser vocacionado, ajuda na formação de infraestrutura, pois o que atende um atende o outro também.

a.9 Reorganizar a universidade por pólos - (Pólo das engenharias - Pólo da saúde - Pólo das agrárias - Pólo das licenciaturas, etc.) Esses Pólos devem ser estruturados e regulamentado de forma a oferecer tanto ensino como pesquisa e extensão de qualidade, formando profissionais de excelência. Demais cursos ofertar nos formatos EAD, Turma Fora de Sede e Parceladas, de acordo com a demanda e viabilidade, atendendo assim a demanda da sociedade. Em até 5 anos, após estudos técnicos quanto a viabilidade e legalidade, normatização e aprovação nos conselhos.

a.10 Representação paritária em todas as instâncias decisórias da universidade como: conselhos e colegiados (33% cada segmento). Somente com a paridade

teremos políticas pensadas e aprovadas por todos e para todos, pois da forma que está posto as políticas e ações da universidade são pensadas e aprovadas com a participação máxima dos docentes e participação mínima dos PTES e discentes.

a.11 Representante de pelo menos 01 conselheiro de cada segmento por câmpus no CONSUNI E CONEPE. Pois são dois conselhos decisórios importantes para toda universidade, são órgão onde se aprova as micros políticas de funcionamento de toda a universidade. Neste sentido cada câmpus tem suas particularidades. Como pensar e aprovar ações que condiz com a realidade de um câmpus se não há representantes do câmpus em questão?

a.12 DPPF e DURA, sejam membros natos do CONSUNI e Diretor de Faculdade membro do CONEPE.

a.13 Capacitação dos servidores e padronização dos procedimentos realizados em todas as unidades. As padronizações terão que ser aplicadas e usadas e em caso de não cumprimento, os não executores serão responsabilizados. A capacitação deve acontecer periodicamente, pois as atividades do serviço público são regidas pela legislação e esta sofre alterações constantemente. A capacitação deve ser implementada pelas pró-reitorias, realizando cursos e seminários de capacitação e atualização. A padronização das atividades desenvolvidas em todos os câmpus deve ser organizada e implantada o mais breve possível. Deve ser realizado em pesquisa e verificação in loco para observar e relacionar como as atividades são desenvolvidas em cada câmpus. após este estudos, buscar profissionais qualificados na área, dentro da universidade e de acordo com a legislação realizar um documento padronizado das atividades da Universidade. Quando até 1 ano após estudo e verificação da viabilidade.

a.14 Regulamentação de dedicação exclusiva com ações como:

- Somente para docentes que efetivamente estiverem desenvolvendo atividades de (gestão) ou (ensino + pesquisa ou extensão). Considerando que alguns docentes sem nenhuma atividade de pesquisa e extensão possuem Dedicação Exclusiva. Obedecendo assim a Lei Complementar

534 que diz que o docente em regime de trabalho de Tempo Integral em Dedicção Exclusiva terá as suas atividades **distribuídas** entre ensino, pesquisa, extensão e, eventualmente, gestão universitária.

- Que o docente volte para 20H automaticamente se não estiver participando e desenvolvendo ações em nenhum projeto de pesquisa e extensão, exceto aqueles que estão em cargo de gestão;
- Possibilitar também ao professor ser Dedicção Exclusiva se este tiver 20h aula em sala, ou seja, passar de 12h (atuais) para 20h em sala de aula, ser o professor auleiro;

a.15 Regulamentar atividade meio (atividades administrativas e técnicas) e atividade fim (ensino, pesquisa e extensão) para que o professor ocupe função de gestor em cargo que tecnicamente e legalmente não há a possibilidade de ser desenvolvido por um PTES, pois há um gasto excessivo na universidade quando o professor deixa a sala de aula e vai para a gestão. Pois além de se contratar outro professor no lugar deste, tem o valor do DGA a mais. Bem como não é pensado na qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão - finalidade máxima da universidade - pois geralmente o professor é mestre e doutor, qualificado na área, o que proporciona um melhor conhecimento e aprendizado do acadêmico e o professor que é contratado nem sempre possui a mesma titulação, além dos projetos de pesquisa e extensão que o professor contratado não desenvolve. Implementar em: 1 a 2 anos após estudo e regulamentação e aprovação nos conselhos.

a.16 Exigência que para os cargos de reitor e vice reitor, sejam ocupados por servidores efetivos das carreiras da Unemat, com titulação mínima de Mestre e tendo no mínimo 8 anos de unemat sem interrupção. Garantindo o direito de todos os servidores concorrerem a esses cargos com isonomia. Mudança do estatuto para permitir a todos os servidores da unemat, inclusive PTES se candidatem a esses cargos.

a.17 As Pró-reitorias “fins” (ensino, pesquisa e extensão), sejam ocupadas por docentes efetivos de carreira / As Pró-reitorias “meio”, sejam ocupadas por técnicos efetivos de carreira. Garantindo a participação dos PTES na gestão, principalmente

nas pró-reitorias com perfil mais técnico, aproveitando a grande qualificação do corpo técnico da Universidade na gestão. Para isso, será necessário a regulamentação por parte dos Conselhos.

a.18 As pró-reitorias devem continuar como estão hoje, porém, com a extinção da PRAE como pró-reitoria, transformando-a em Diretoria, dentro da PROEG.

a.19 A nomeação para pró-reitorias continuam sendo de livre nomeação, com exigência mínima de graduação.

a.20 Definir um organograma mínimo para implementação de quaisquer estruturas: Núcleos, turmas fora de sede, turmas especiais, faculdades. Para garantir a execução dos serviços de forma adequada, regulamentar o que cada estrutura deve ter, para quando for implantá-la, e/ou adequar as já existentes. Regulamentação imediata, de quantitativo de servidores, estrutura de mobiliários, equipamentos, etc...

a.21 Que todas as assessorias, supervisões e diretorias ligadas às pró-reitorias sejam ocupadas por PTES, possibilitando que os docentes que ocupam esses cargos atualmente, realizem seus projetos de pesquisa e extensão, além das atividades de ensino com a qualidade que possuem. Realizar essa alteração imediatamente, possibilitando assim a diminuição nos gastos em folha, com contratos para substituição desses docentes que estão na gestão e melhorando a qualidade do ensino, pesquisa e extensão, tendo em vista que muitas vezes, os contratados que os substituem são muitas vezes graduados e aqueles que estão na gestão são mestres ou doutores.

a.22 Fazer um estudo de ocupação das funções das pró-reitorias, a fim de determinar quem ocupará cada uma das funções, com qual perfil e capacidade técnica;

a.23 Elaboração de um funcionograma técnico, a partir do levantamento das atribuições executadas por cada servidor, que deve ser contrastada com as atribuições previstas em concurso, com o levantamento feito por cada servidor. Para

que tanto a gestão, quando os servidores tenham muito claro suas atribuições. Nomear para isso, uma comissão, que fará a junção do de todas as atribuições levantadas.

a.24 Elaboração de um lotacionograma técnico que defina lotação mínima para cada unidade, respeitando a estrutura organizacional estabelecida no organograma, no momento da criação de novos cursos e estruturas criadas, esse lotacionograma seja seguido e respeitado. Implementação imediata através de estudos de uma comissão nomeada para essa finalidade.

a.25 Realizar um estudo de demanda tanto de PTES como de Professores, para garantir junto ao governo do estado concurso público. Sendo que a lei exige que a maioria dos serviços público devem ser executados por servidores efetivos e de carreira. O concurso também proporciona um quadro de servidores qualificados e engajados em prestar serviços de qualidade com eficiência e eficácia. Implementar já para 2018 concurso tanto para professores como para PTES.

a.26 Possibilitar a realização de concurso público pontual para suprir vagas oriundas de vacância por aposentadoria, morte e/ou exoneração.

b. Processos eleitorais

b.1 Manutenção do voto paritário em todos os processos eleitorais (33% cada segmento). Visando garantir a participação e o direito de decisão de todos os segmentos.

b.2 Mudança da função de financeiro do DPPF para o DURA, ficando Diretor Político Pedagógico (DPP) e Diretor Administrativo e Financeiro (DAF). O DPP, ficará responsável pela parte política e pedagógica do campus e toda a parte administrativa e financeira será gerida pelo DAF. Implementado nas próximas eleições.

b.3 Manutenção do modelo atual onde o financeiro continua a ser do DPPF e o Planejamento do Dura e os dois trabalharem em conjunto, com a elaboração de

normalização das funções.

b.4 Mandato de 04 anos para DURA, eleições para Reitoria, D.P.P.F e D.U.R.A sempre na mesma data e com mandato de 4 anos. (Eleição separada para cada diretoria, não em chapa). Visando um mandato com tempo mais adequado para um planejamento administrativo e sua execução.

b.5 Atuação dos servidores temporários, aprovados em processo seletivo, tanto professor como Técnicos:

- Participação, com voto nos Conselhos e Associações para escolha de representantes como um todo;
- Participação na formulação das políticas públicas da Universidade;
- Participação na elaboração de Regimentos e Normas Institucionais;
- Participação na elaboração de atividades da Comunidade Acadêmica.

c. Políticas de Qualidade de Vida e Valorização Profissional do Servidor

c.1 Desenvolver políticas que motivem o servidor a desenvolver seu trabalho com qualidade e que o motivem a resgatar o ideal pela instituição, fazer com que o trabalho seja mais divertido e prazeroso. Políticas de qualidade e valorização devem fazer parte do cotidiano do servidor, como:

- Implantação de políticas de reserva de vagas específicas para os PTES nos programas de pós-graduação da Unemat;
- Criar um programa de acompanhamento dos servidores, visando a qualidade de vida e de melhorias nos ambientes de trabalho, tanto de infraestrutura como nas atividades do dia a dia. Com os resultados destes acompanhamentos, será possível identificar o que está tornando o trabalho algo desagradável, e com estes resultados promover as melhorias necessárias;
- Criação de equipe multiprofissional nos campi visando a qualidade de vida e valorização da comunidade acadêmica: docentes, PTES e discentes;
- Plano de Saúde e Seguro de vida para os servidores;
- Garantir transporte aos servidores lotados em unidades localizadas fora

do perímetro urbano;

- Implantação de programas que visem qualidade de vida com ações como: ginástica laboral, palestras motivacionais, de saúde, a importância das atividades físicas e dieta alimentar saudável, cursos de aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas; programas que proporcionem um maior entrosamento de todos os servidores e familiares.

Essas políticas devem ser elaboradas a partir de estudos e visitas in loco para observar e acompanhar os servidores de cada câmpus. Implementar em até 2 anos após estudo, regulamentação e aprovação nos conselhos.

d. Infraestrutura

d.1 Criar políticas de atualização e modernização de toda infraestrutura da universidade promovendo ações como:

- Reestruturar a universidade por pólos ou áreas de conhecimentos, sendo que esses pólos sejam projetados e equipados de tal forma a atender as exigências que são necessárias para atender as atividades meio e fim da universidade;
- A infraestrutura administrativa estar sempre apta a atender as demandas do ensino, pesquisa e extensão;
- Um curso só poderá ser criado/funcionar após ter implantados a infraestrutura mínima para o seu funcionamento;
- Criar um novo organograma da UNEMAT e dos Câmpus redefinindo as hierarquias;
- Criação de um fundo de investimento fixo em infraestrutura (2% do total de repasse anual da universidade);
- Reformas e ampliação das redes elétricas de todos os câmpus;
- Criação de políticas de descarte de materiais de laboratório (químicas, biológicos);
- Aquisição de equipamentos modernos como computadores, quadro, datashow e demais equipamentos que são necessários tanto para o ensino a pesquisa e a extensão;
- Aquisição de mobiliário em geral para os câmpus de forma a tender as normas ergométricas do Imetro;

- Implementar programas e projetos de geração de energia solar em todos os câmpus;
- Elaborar e implantar projetos e ou programas que visem a aquisição de sistemas de ar condicionados em todas as salas tanto administrativas como pedagógicas de todos os câmpus;
- Reestruturação e adequação dos auditórios dos câmpus que já possuem e construção nos câmpus que ainda não possuem auditórios;
- Implantação de Vigilância eletrônica em todos as unidades;
- Reestruturação e ampliação das bibliotecas de todos os câmpus, com implantação de sistema de catracas; catalogação dos livros com a implantação de chips; locais iluminados naturalmente e bem ventilados para uso individual e em grupo de locais de estudo; disponibilização de mais terminais para consulta de obras e plataformas virtuais; capacitação dos servidores da biblioteca para prestarem atendimento quanto o uso e consulta das plataformas virtuais.
- Melhorar a qualidade da internet em todas as unidades, com acesso liberado para os acadêmicos.

Todas essas ações devem ser projetadas, com estudos da viabilidade social e econômica. Implementar em até 5 anos, regulamentação e aprovação nos conselhos.

VI. Política Estudantil

a. Política de Apoio Estudantil

a.1 Converter os valores de auxílios alimentação e moradia para bolsas de pesquisa, ensino e extensão. Considerando a obrigatoriedade dos candidatos a esses auxílios não terem qualquer vínculo empregatício, converter esses valores para bolsas e trazê-los para dentro da universidade por um período maior. Pois já tem estudos que demonstram que o acadêmico que tem bolsa e que desenvolve alguma atividade tem conceitos melhores de aprendizagem e aprovação. Reformulação e normatização da concessão de auxílios a acadêmicos de forma descentralizada, onde os câmpus têm maior participação e critérios na aprovação ou não destes auxílios aos acadêmicos que realmente estão em vulnerabilidade social e econômica. Aumentar a rigurosidade

nas avaliações dos candidatos aos auxílios, de forma a evitar a aprovação de candidatos que não necessitam do apoio. Adicionar acadêmicos (estes precisam ser escolhidos pela direção do campus para evitar que haja candidatos privilegiados) na banca de seleção dos candidatos, uma vez que os acadêmicos têm maior facilidade em distinguir os inscritos que atendem e os que não, aos requisitos do edital. Essas ações devem ser implementadas para o próximo edital em 2018.

b. Política de qualidade de vida e valorização dos acadêmicos

b.1 Criação de uma equipe em cada campus para fazer acolhida dos ingressantes, composta por professores, alunos e técnicos, com a função de apresentar a universidade e analisar as necessidades dos acadêmicos para adaptação ao meio acadêmico.

b.2 Fomentar a participação dos acadêmicos nos CAS;

b.3 Volta do programa bolsa apoio e o aumento das bolsas de extensão, cultura, pesquisa, focco. Aumento do número de estagiários em todos os câmpus. Pois este tipo de fomento proporciona o aluno uma maior dedicação aos estudos e uma maior permanência na universidade, o que resulta em profissionais mais qualificados e comprometidos com o que irão proporcionar para a sua sociedade. implantação imediata após estudos de viabilidade, regulamentação e aprovação nos conselhos.

c. Práticas de Inclusão Universitária

c.1 A falta de educação, implica exclusão do emprego bem remunerado. Logo, na falta de competência profissional reside a principal causa da pobreza monetária. Cria-se assim um “círculo vicioso”: o pobre é pobre porque tem baixa qualificação profissional e, portanto, é excluído do emprego formal, da renda e, por extensão, da escola. Em termos de mercado de trabalho, a inadequação entre empregos.

Ofertados e as qualificações exigidas pelo mercado explica fortemente as causas do Desemprego, subemprego, emprego informal. Disto conclui-se que, a disponibilização do ensino gratuito e de qualidade é uma condição necessária, mas não suficiente para efetivar a inclusão social. Com efeito, o “excluído” pode até ter

aptidões para acompanhar e ter sucesso no ensino dispensado, mas se ele não tiver determinadas pré-condições (recursos de subsistência e para adquirir livros) do aprendizado, ele não vencerá as barreiras sociais e escolares (bloqueios de aprendizado e meios de subsistência) postas pela sociedade. Significa dizer que, a inclusão social viabiliza-se através do binômio: inclusão universitária / inclusão profissional. Vale dizer que A UNIVERSIDADE passa a criar condições materiais e institucionais que permitam garantir aos excluídos sociais, em especial os pobres, acesso à educação superior.

VII. Política de Financiamento

a. Financiamento

a.1 Criar políticas de incentivos ao desenvolvimento de parcerias com entes públicos e pessoas físicas e jurídicas de direito privado, bem como comercialização de bens e produtos desenvolvidos no âmbito da universidade, para arrecadação de recursos financeiros ou não. Que seja garantido, pelo Estado, o acesso da Universidade a esses recursos financeiros de forma livre e desimpedida. Exemplo: NIT

a.2 Garantir que os recursos da fonte 240 (recursos oriundos de locação de cantinas, copiadoras, multas de bibliotecas) sejam revertidos para a UNEMAT em 100% do valor arrecadado. Esses recursos atualmente são recebido na conta Única e só retorna 25% para a instituição. O valor retornando 100% poderá ser utilizado para a reestruturação das bibliotecas com aquisições de livros e modernização dos espaços e da infraestrutura tecnológica das bibliotecas.

a.3 Criar leis, normas e regimento permitindo que a fundação receba as taxas e mensalidades de cursos, eventos ofertados pela UNEMAT. Os recursos oriundos destas taxas e mensalidades devem retornar para o câmpus de origem das ações.

5. CONCLUSÕES/PROPOSIÇÕES

Eixo	Proposição	Objetivos	Meta	Estratégia
GRADUAÇÃO	Normatização das matrizes curriculares em relação a distribuição de carga horária durante o curso	Evitar o excesso de disciplinas em determinados períodos, e caso esse seja no início de curso, implica em desmotivação causando altas taxas de reprovação	Realização dessa adequação o mais breve possível (próximo semestre)	Adequando as matrizes curriculares, para realizar essa normatização.
GRADUAÇÃO	Formação do estudante universitário tendo como base um currículo cultural que permita ao estudante obter uma ampla formação geral sobre a qual possa embasar a formação da área específica.	Assegurar que todos os estudantes, independentemente de seu campo de concentração, adquiram conhecimentos, habilidades e hábitos de pensamento para uma apreciação crítica dos modos de conhecimento existentes, de como os conhecimentos são criados, como são usados e o que o conhecimento pode significar para o indivíduo pessoalmente.	O processo de discussão e elaboração deve iniciar-se logo após aprovação e homologação nos conselhos. Estabelecendo um prazo de implantação de até 5 anos.	A universidade deve empreender a reestruturação curricular por meio de um processo democrático de discussão entre os quatro principais grupos que a compõem: professores, alunos, ex-alunos e PTEs.
GRADUAÇÃO	Os currículos devem ser atender a carga horária mínima estabelecida nas Diretrizes Curriculares	1 - Todos os Cursos presenciais deverão ofertar os 20% permitidos por lei, a distância, em plataforma tecnológica; 2 - as matrizes curriculares dos cursos iguais deverão ter 90% de igualdade, 10% deverá ser para atendimento às tendências do local; 3 - as disciplinas de formação geral, como matemática básica, cálculo, língua portuguesa, filosofia, sociologia, entre outras deverão ter suas ementas iguais, independente de qual curso seja;	Implantação em até 2 anos	Regulamentação e aprovação pelos conselhos

		4 - criar um programa de formação continuada, o acadêmico faz a graduação e já ingressa em pós-graduação		
GRADUAÇÃO	Elaborar um sistema de seleção unificada para ingresso em cursos da UNEMAT, onde a escolha do curso/campus seja feita através de um sistema em um segundo momento pela pontuação do candidato.	Para que os candidatos que não conseguirem entrar em um curso específico, tenham no sistema todos os outros cursos da instituição como uma alternativa, evitando assim que cursos fiquem ociosos por não terem sido a opção inicial do vestibulando.	Aplicação desse modelo em um prazo máximo de 2 anos.	Alterando as normas que tratam das políticas do vestibular.
GRADUAÇÃO	Fixar a taxa de vestibular com um valor máximo de 5% do valor do salário mínimo vigente para os candidatos em geral, estipulando a gratuidade aos alunos que fizeram 100% do ensino médio em escola pública e bolsistas de 100% em escolas particulares. (Além dos casos já previstos na legislação)	Visando permitir uma maior participação no vestibular por parte dos concluintes do ensino médio.	Aplicação para o próximo vestibular.	Alterando as normas que tratam das políticas do vestibular.
GRADUAÇÃO	Oferecer estruturas de apoio para alunos, principalmente para os recém - ingressantes. Implantação e regulamentação de alojamento estudantil Criação de um setor para atendimento ao acadêmico (no sentido de comunicação, social, apoio, informações)	Quanto maiores forem as expectativas (educacionais e de carreira) e quanto mais satisfatória for sua integração social e acadêmica, suas chances de evasão diminuem	Implantação dessa política em um prazo máximo de 2 anos	Aprovação das alterações necessárias na legislação para implantação das políticas.
GRADUAÇÃO	Oferta de turmas fora de sede de cursos nos quais a demanda local está comprovadamente baixa (nos últimos 5 ou 6 ingressos).	Com a finalidade de otimizar os recursos humanos docentes, sem pró-labore ou bolsa extra para oferta, para atender a maior quantidade possível de alunos dentro do estado.	Abrir novas turmas em locais onde existe a demanda, com docentes lotados em cursos (locais) onde a demanda é baixa.	Reestruturar a modalidade de oferta de cursos.
GRADUAÇÃO	Planejamento de curto, médio e longo prazo para criação e/ou	Padronizar os procedimentos para levantamento de demanda, abertura	Realizar estudos de demandas através de comissão local formada	A metodologia desse estudo de demanda deverá ser definida

	remanejamento de cursos em todos os câmpus	ou remanejamento de cursos.	por representante dos 3 segmentos e se possível com representação também da comunidade local..	através de Conepe e deverá ser aplicada da mesma forma em todos os câmpus e cidades que se enquadrarem nessa dificuldade de baixa demanda
GRADUAÇÃO	A UNEMAT oferecerá cursos de Licenciatura, bacharelado e Tecnólogos superiores, poderá ofertar novos Curso de Graduação nas modalidades Presencial, Parceladas, Fora de sede, Indígena e a Distância com critérios estabelecidos	Os critérios deverão seguir o estabelecido no Eixo Graduação, Oferta de cursos, item C3	Início imediato de estudos para implementação dessas políticas.	Criação de uma comissão específica para elaborar essas políticas.
GRADUAÇÃO	Nos Câmpus onde houver a migração de cursos para outra localidade (como no caso de Colíder), garantir que para cada curso que saia, seja ofertado continuamente, pelo menos dois curso de turma única e/ou EAD, garantindo sempre 2 turmas para cada curso que saiu	Os critérios deverão seguir o estabelecido no Eixo Graduação, Oferta de cursos, item C4, atentando-se para as ações a serem tomadas em relação aos cursos sem demanda.	Início imediato de estudos para implementação dessas políticas.	Criação de uma comissão específica para elaborar essas políticas.
PÓS-GRADUAÇÃO	Oferta de Pós-graduação lato sensu pagas.	Fortalecimento dos programas de pós-graduação	Implantação a partir de 2018, após estudos de viabilidade, regulamentação e aprovação nos conselhos	Reestruturar a FAESPE para administrar financeiramente a execução de cursos de pós-graduação lato sensu
PÓS-GRADUAÇÃO	Incentivo de credenciamento de novos professores nas pós-graduações	1 - Flexibilização do descredenciamento de professores que atuam em mais de um programa e descredenciamento automático dos que não atinjam as metas estabelecidas pela CAPES; 2 - Manutenção de nível mínimo de publicações, correspondente ao nível de publicações para o credenciamento, ou mais, em caso de elevação do conceito do curso;	Implantação dessa política em um prazo máximo de 2 anos	Aprovação das alterações necessárias na legislação para implantação das políticas.

PÓS-GRADUAÇÃO	Oferta de Pós-graduação stricto sensu – mestrado no formato 3T (modular no período de férias) nas áreas de gestão, administração e educação	Esse formato traria para a Universidade nos períodos de férias acadêmicas outra clientela, sendo profissionais tanto da área da educação como da administrativa que vem em busca de uma formação continuada e que o único tempo disponível são esses períodos de férias acadêmicas e escolares	Implantação em até 2 anos, após estudos de viabilidade tanto quanto a legalidade e qualidade	Regulamentação e aprovação pelos conselhos
PÓS-GRADUAÇÃO	Incentivo da integração graduação e pós graduação	Criando um programa de ensino continuado, onde o discente faz uma graduação enxuta, de menor duração e já ingressa em latu sensu ou stricto sensu, e também do latu para o stricto.	Implantação em até 2 anos, após estudos de viabilidade tanto quanto a legalidade e qualidade	Regulamentação e aprovação pelos conselhos
PÓS-GRADUAÇÃO	Fortalecimento de programas de pós-graduação lato sensu com criação de vários cursos, tanto para os profissionais da universidade como para a comunidade em geral.	Nos cursos relacionados com a área pública, implementar políticas de reserva de vagas para servidores públicos tanto da esfera municipal, estadual e federal	Implantação em até 2 anos, após estudos de viabilidade tanto quanto a legalidade e qualidade	Regulamentação e aprovação pelos conselhos
PESQUISA	Possibilidade de dez horas semanais para dedicação a projetos de Ensino, pesquisa e extensão aos PTES.	Para incentivar a participação de PTES efetivamente nos projetos.	Flexibilizando a carga horária dos PTES de forma que ele cumpra as 40h semanais, porém com a possibilidade de utilizar 10h desta carga, em atividades relacionadas a projetos de ensino, pesquisa e extensão.	Alterando a legislação que trata do assunto.
PESQUISA	Custear a instalação e manutenção de equipamentos de pesquisa	Implementar a contrapartida da universidade com reserva orçamentária para tal ações	Implantar após estudos de viabilidade financeira, em cada câmpus que desenvolve projetos e programas de pesquisas	Regulamentação e aprovação pelos conselhos
PESQUISA	Criar políticas para fomentar os projetos e programas de pesquisas	Visando objetivos descritos no Eixo Pesquisa, Políticas de pesquisa, item a3.	Implantação em até 2 anos	Regulamentação e aprovação pelos conselhos
PESQUISA	Discussão sobre a importância dos grupos de pesquisa nos Câmpus de áreas afins	Com o intuito de aglutinar os grupos com linhas de pesquisas iguais ou semelhantes	Implantação em até 2 anos	Regulamentação e aprovação pelos conselhos
PESQUISA	Criação de normas para parcerias público/privada no âmbito das	Fortalecimento da Pesquisa na Instituição	Implantação em até 2 anos	Regulamentação e aprovação pelos conselhos

	Fundações, tanto para pesquisas, como para bolsas de IC e pós-graduação.			
PESQUISA	Criação de normas para Incentivo de participação de PTES nos programas de pós-graduação da UNEMAT	Fortalecimento da Pesquisa na Instituição	Implantação em até 2 anos	Regulamentação e aprovação pelos conselhos
EXTENSÃO E CULTURA	Implementar projetos de extensão na universidade em todos os Câmpus para a Criação de espaços de convivência	Fortalecimento das atividades de extensão e cultura	Implantação em até 2 anos	Regulamentação e aprovação pelos conselhos
EXTENSÃO E CULTURA	Apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais das comunidades, com ações de extensão, pesquisa e inovação	Pensando os câmpus como centros irradiadores de produção artística e cultural, com a realização de mostras, seminários e festivais, parceria direta de artistas e grupos artísticos das regiões	Elaborando um plano estruturado, consistente e alinhado com os Planos Nacionais de Educação e de Cultura, com ações que já são desenvolvidas e ações inovadoras	Implantação em até 2 anos, após estudos de viabilidade, regulamentação e aprovação pelos conselhos
EXTENSÃO E CULTURA	Realização da Olimpíada Universitária a cada 2 anos	Fortalecimento das atividades de extensão, cultura e pratica esportiva na Universidade.	Implementação já para o próximo ano de 2018	Regulamentação e aprovação pelos conselhos
EXTENSÃO E CULTURA	Fomentar e implementar projetos de extensão em todos os Câmpus com programas de atividades físicas e culturais como: (saraus, concurso de poesias, apresentações culturais, exposições, palestras motivacionais, etc.)	Fortalecer projetos de extensão.	Estes projetos e ou programas devem envolver os três segmentos tanto na elaboração como da implantação de tais ações	Implementação em até 2 anos
EXTENSÃO E CULTURA	Criar políticas que visem o fomento da extensão universitária	Vide Eixo Extensão e cultura, fortalecimento da extensão universitária, item c1	Políticas devem ser criadas e implementadas em até 2 anos após estudos e análise da viabilidade	Regulamentação e aprovação pelos conselhos

EXTENSÃO E CULTURA	Criar políticas de regulação e implantação da empresa júnior	Essas ações trariam um maior envolvimento da sociedade com a universidade bem como proporciona profissionais mais qualificados para o mercado de trabalho	Implantação em até 2 anos, após estudos e análise da viabilidade	Regulamentação e aprovação pelos conselhos
GESTÃO	Adequação do organograma da Unemat, alterando as estruturas locais de forma que apresente uma estrutura padrão para todos os campus, seguindo o modelo da estrutura do campus que possui o maior número de chefias e assessorias (Cáceres).	Possibilitar maior isonomia para os servidores que muitas vezes desenvolvem trabalhos exatamente iguais em campus distintos e não têm os mesmos direitos, como nos casos de supervisores de recursos humanos ou financeiros por exemplo, que em alguns campus recebem dga e em outros não.	Alterar a legislação vigente imediatamente, possibilitando o tratamento igual de todos aqueles que desenvolvem as mesmas funções em todos os campus..	Alteração do organograma e alteração da lei que define o quantitativo de DGA's.
GESTÃO	Fusão das SAAs e Coordenações de curso criando a Secretaria Geral de Cursos	Otimização dos recursos materiais e humanos, agilidade no encaminhamento de processos, melhoria na comunicação interna, entre outros	Essa reestruturação proporcionará melhora no atendimento, bem como facilitará o desenvolvimento das atividades administrativas, ficando o pedagógico a cargo das faculdades	Implantação em até 2 anos, após estudos de viabilidade, regulamentação e aprovação nos conselhos
GESTÃO	Manutenção das SAAs, no modelo atual, pois estão de acordo com a legislação, pois possuem processos diferentes das coordenações dos cursos;	-	-	-
GESTÃO	Reestruturação das faculdades	Esta reestruturação proporcionará menos burocracia e um melhor acompanhamento das atividades fins da universidade, sendo uma faculdade por cursos de áreas afins com um diretor e um assessor pedagógico	Implantação em até 2 anos, após estudos e análise da viabilidade	Regulamentação e aprovação pelos conselhos
GESTÃO	Criação de faculdades das áreas afins na sede administrativa	Otimização de recursos financeiros e humanos, com estrutura de 1 docente das áreas afins e equipe técnica qualificada	Implantação em até 2 anos, após estudos e análise da viabilidade	Regulamentação e aprovação pelos conselhos
GESTÃO	Criação do setor de estágios, dentro da estrutura da Secretaria Geral de Cursos	Sendo este responsável por buscar convênios e fazer o encaminhamento e acompanhamento dos estagiários	Implantação em até 2 anos, após estudos e análise da viabilidade	Regulamentação e aprovação pelos conselhos

GESTÃO	Mudança da Sede Administrativa para Cuiabá / Várzea Grande	Melhoria na logística, economia financeira em deslocamento de servidores, agilidade nos processos pela proximidade aos órgãos da administração do Estado.	Estudo de Viabilidade com início imediato.	Criação de comissão para análise e regulamentação e aprovação dos conselhos
GESTÃO	Reorganizar a estrutura da unemat acrescentando os campus e estes deverá ser vocacionado por área, de acordo com a região	O fato do câmpus ser vocacionado, ajuda na formação de infraestrutura, pois o que atende um atende o outro também	Estudo de Viabilidade com início imediato.	Criação de comissão para análise e regulamentação e aprovação dos conselhos
GESTÃO	Reorganizar a universidade por pólos - (Pólo das engenharias - Pólo da saúde - Pólo das agrárias - Pólo das licenciaturas, etc.)	Esses Pólos devem ser estruturados e regulamentado de forma a oferecer tanto ensino como pesquisa e extensão de qualidade, formando profissionais de excelência	Em até 5 anos, após estudos técnicos quanto a viabilidade e legalidade	Normatização e aprovação nos conselhos
GESTÃO	Representação paritária em todos os conselhos e colegiados (33% cada segmento)	Garantir a participação e o direito de decisão de todos os segmentos.	Alteração imediata das estruturas de conselhos e colegiados.	Alteração da estrutura dos conselhos superiores (Conepe e Consuni) e também dos colegiados, para garantir a paridade.
GESTÃO	Representação de todos os campus, em cada segmento nos conselhos superiores	Garantir a participação de pelo menos 1 representante de cada segmento (docentes, PTES e discentes) de cada campus nos conselhos.	Alteração imediata das estruturas de conselhos.	Alteração da estrutura dos conselhos superiores (Conepe e Consuni), para garantir a representação de todos os segmentos de cada campus.
GESTÃO	DPPF e DURA, sejam membros natos do CONSUNI e Diretor de Faculdade membro do CONEPE	Permitir as gestões de cada câmpus, participarem das decisões da instituição.	Alteração imediata das estruturas de conselhos.	Alteração da estrutura do Consuni
GESTÃO	Capacitação dos servidores e padronização dos procedimentos realizados em todas as unidades	As padronizações terão que ser aplicadas e usadas e em caso de não cumprimento, os não executores serão responsabilizados pelo descumprimento	A padronização das atividades desenvolvidas em todos os câmpus deve ser organizada e implantada o mais breve possível	A capacitação deve ser implementada pelas pró-reitorias, realizando cursos e seminários de capacitação e atualização. até 1 ano após estudo e verificação da viabilidade.
GESTÃO	Regulamentação de dedicação exclusiva somente para docentes que efetivamente estiverem desenvolvendo atividades de (gestão) ou (ensino + pesquisa ou extensão)	Evitando que alguns docentes sem nenhuma atividade de pesquisa e extensão ou exercendo cargo de gestão possuam Dedicação Exclusiva;	Aplicação Imediata.	Que o docente volte para 20h automaticamente se não estiver participando e desenvolvendo ações em nenhum projeto de pesquisa e extensão, exceto aqueles que estão em cargo de gestão;

				Possibilitar também ao professor ser Dedicção Exclusiva se este tiver 20h aula em sala, ou seja, passar de 12h (atuais) para 20h em sala de aula, ser o professor auleiro;
GESTÃO	Regulamentar atividade meio (atividades administrativas e técnicas) e atividade fim (ensino, pesquisa e extensão) para que o professor ocupe função de gestor em cargo que tecnicamente e legalmente não há a possibilidade de ser desenvolvido por um PTES	Evitar gasto excessivo na universidade quando o professor deixa a sala de aula e vai para a gestão. Pois além de se contratar outro professor no lugar deste, tem o valor do DGA a mais	Implantação em até 2 anos, após estudos e análise da viabilidade	Regulamentação e aprovação pelos conselhos
GESTÃO	Possibilidade de todos servidores da carreira da Unemat, com titulação mínima de mestre se candidatarem aos cargos de Reitor e Vice-Reitor	Garantindo o direito de todos os servidores concorrerem a esses cargos com isonomia.	Mudança do estatuto para permitir a todos os servidores da unemat, inclusive PTES se candidatem a esses cargos.	Alteração do Art. 30, 34 e demais necessários do Estatuto e/ou qualquer legislação que trata sobre o assunto.
GESTÃO	Nomeação dos pró-reitores, docentes nas pró-reitorias fins, (ensino, pesquisa e extensão) e nas pró-reitorias meio, indicação de PTES	Garantir a participação dos PTES na gestão, principalmente nas pró-reitorias com perfil mais técnico.	Aproveitar a grande qualificação do corpo técnico da Universidade na gestão. Obs. Pró-reitores deverão ter titulação mínima de Graduado	Regulamentação e aprovação pelos conselhos
GESTÃO	As pró-reitorias devem continuar como estão hoje, porém, com a extinção da PRAE como pró-reitoria.	A PRAE seria transformada em Diretoria, dentro da PROEG.	Implantação em até 2 anos, após estudos e análise da viabilidade	Regulamentação e aprovação pelos conselhos
GESTÃO	Definir uma estrutura mínima para implementação / execução de quaisquer estruturas: Núcleos, turmas fora de sede, turmas especiais, FAMA.	Para garantir a execução dos serviços de forma adequada, regulamentar o que cada estrutura deve ter, para quando for implantada, e/ou adequar as já existentes.	Regulamentação imediata, de quantitativo de servidores, estrutura de mobiliários, equipamentos, etc...	Elaboração de regulamentação e aprovação nos conselhos.
GESTÃO	Todas as assessorias, supervisões e diretorias, ligadas as pró-reitorias, sejam ocupadas por PTES	Para possibilitar aos docentes que ocupam esses cargos atualmente, realizarem seus projetos de pesquisa e extensão, além das atividades de ensino com a qualidade que possuem.	Realizar essa alteração imediatamente, possibilitando assim a diminuição nos gastos em folha, com contratos para substituição desses docentes que estão na gestão e melhorando a qualidade	Alteração do organograma.

			do ensino, pesquisa e extensão.	
GESTÃO	Fazer um estudo de ocupação das funções das pró-reitorias, a fim de determinar quem ocupará cada uma das funções, com qual perfil e capacidade técnica	Colocar os servidores melhores capacitados e com perfil mais adequado para realizar as funções dentro das pró-reitorias.	Implantação em até 2 anos, após estudos e análise da viabilidade	Regulamentação e aprovação pelos conselhos
GESTÃO	Elaboração de um funcionograma técnico, a partir do levantamento das atribuições executadas por cada servidor, que deve ser contrastada com as atribuições previstas em concurso, com o levantamento feito por cada servidor.	Para que tanto a gestão, quando os servidores tenham muito claro suas atribuições.	Criação imediata de uma comissão.	Criação de uma comissão que fará a junção do de todas as atribuições levantadas e elaborará o funcionograma..
GESTÃO	Elaboração de um lotacionograma técnico.	Para definição da lotação mínima para cada unidade, respeitando a estrutura organizacional estabelecida no organograma. E no momento da criação de novos cursos e estruturas, esse lotacionograma seja seguido e respeitado.	Criação imediata de uma comissão.	Criação de uma comissão que fará o levantamento e estudo e elaborará o lotacionograma técnico.
GESTÃO	Realizar um estudo de demanda tanto de TAES como de Professores, para garantir junto ao governo do estado concurso público.	O concurso proporciona um quadro de servidores qualificados e engajados em prestar serviços de qualidade com eficiência e eficácia	Implementação para 2018	Buscar junto ao governo do estado.
GESTÃO	Possibilitar a realização de concurso público pontual para suprir vagas oriundas de vacância por aposentadoria, morte e/ou exoneração.	Manter um quadro de servidores efetivos, sem a necessidade de realizar grandes concursos	Implantação em até 2 anos, após estudos e análise da viabilidade	Regulamentação e alteração em possíveis legislações
GESTÃO	Manutenção do voto paritário em todos os processos eleitorais da instituição. (33% cada segmento)	Garantir a participação e o direito de decisão de todos os segmentos.	Não se faz necessário alterações.	Não se faz necessário alterações.
GESTÃO	Mudanças nas Diretorias. DPPF passando a ser DPP (Diretor Político e Pedagógico). DURA passando a ser DAF (Diretor	O DPP, ficará responsável pela parte política e pedagógica do campus e toda a parte administrativa e financeira será	Aplicação para as próximas eleições.	Alteração da legislação que trata sobre o assunto, adequando à nova situação.

	Administrativo e Financeiro).	gerida pelo DAF.		
GESTÃO	Manutenção do modelo atual onde o financeiro continua a ser do DPPF e o Planejamento do Dura e os dois trabalharem em conjunto, com a elaboração de normatização das funções	Elaborar claramente as atribuições de cada diretor.	-	-
GESTÃO	Mandato de 04 anos para Diretor Administrativo, sem reeleição.	Visando um mandato com tempo mais adequado para um planejamento administrativo e sua execução.	Aplicação nas próximas eleições.	A eleição para DURA, deverá ser concomitante com eleição de Reitor e DPPF, porém em separado (não em chapa)
GESTÃO	Atuação dos servidores temporários, aprovados em processo seletivo, tanto professor como Técnicos	Participação, com voto nos Conselhos e Associações para escolha de representantes como um todo; Participação na formulação das políticas públicas da Universidade; Participação na elaboração de Regimentos e Normas Institucionais; Participação na elaboração de atividades da Comunidade Acadêmica	Implantação em até 2 anos, após estudos e análise da viabilidade	Regulamentação e aprovação pelos conselhos
GESTÃO	Criação de políticas que motivem o servidor a desenvolver seu trabalho com qualidade e que o motivem a resgatar o ideal pela instituição	Vide item c1, do Eixo Gestão / Políticas de Qualidade de Vida e Valorização Profissional do Servidor	Implantação em até 2 anos, após estudos e análise da viabilidade	Regulamentação e aprovação pelos conselhos
GESTÃO	Implantação de políticas de reserva de vagas específicas para os PTES nos programas de pós-graduação da Unemat	Visando incentivar e promover a qualificação dos PTES.	Implementação a partir dos próximos editais.	Especificando essa reserva de vagas nos próximos editais de pós-graduação.
GESTÃO	Criação de um fundo de investimento fixo em infraestrutura (2% do total de repasse anual da universidade)	Para realização de obras de infraestrutura e investimentos nos campus.	A iniciar-se no próximo ano.	Reservando para este fundo 2% de cada repasse feito à Unemat.
GESTÃO	Criar políticas de atualização e modernização de toda infraestrutura da universidade	Vide item d1, do Eixo Gestão / Infraestrutura	Implantação em até 2 anos, após estudos e análise da viabilidade	Regulamentação e aprovação pelos conselhos
GESTÃO	Criação de equipe multiprofissional nos campi visando a qualidade de	A equipe realizará um acompanhamento voltado para a	A partir da criação das equipes e normatização das mesmas.	Regulamentando a criação e atuação das equipes.

	vida e valorização da comunidade acadêmica: docentes, PTES e discentes.	assistência social, de fatores que influenciam na qualidade de vida da comunidade acadêmica.		
GESTÃO	Criação de infraestrutura para prática esportiva em todos os campi	Para incentivar a prática esportiva nos campus de toda a comunidade acadêmica, melhorando assim a qualidade de vida.	Assim que houver recursos suficientes para a criação dessas estruturas.	Realizando um planejamento baseado no fundo de investimentos de infraestrutura
POLÍTICA ESTUDANTIL	Criação de um setor para atendimento ao acadêmico (no sentido de comunicação, social, apoio, informações)	Analisar o que o aluno necessita para a adaptação no município e no ambiente acadêmico	Implementação em 1 ano	A PRAE qualificar uma equipe em cada câmpus para fazer a acolhida dos ingressantes
POLÍTICA ESTUDANTIL	Reformulação e normatização da concessão de auxílios a acadêmicos de forma descentralizada.	Para uma melhor análise e escolha dos candidatos que mais necessitam dos auxílios	Implementação imediata no próximo edital.	Prevendo essa forma descentralizada no edital.
POLÍTICA ESTUDANTIL	Converter os valores de auxílios alimentação e moradia para bolsas de pesquisa, ensino e extensão	Para trazer o acadêmico que pelas regras do auxílio já não pode ter vínculo empregatício, para dentro da universidade, ganhando um bolsa, onde o valor é maior que do auxílio.	Implementação imediata no próximo edital.	Prevendo essa política no edital.
POLÍTICA ESTUDANTIL	Política para fomentar a participação dos acadêmicos nos CA's	Visando o envolvimento dos acadêmicos na vida da universidade.	Implantação em até 2 anos, após estudos e análise da viabilidade	Regulamentação e aprovação pelos conselhos
POLÍTICA ESTUDANTIL	Volta do programa bolsa apoio e o aumento das bolsas de extensão, cultura, pesquisa, focco	Aumento do número de estagiários em todos os câmpus. Pois este tipo de fomento proporciona o aluno uma maior dedicação aos estudos e uma maior permanência na universidade	Implantação em até 2 anos, após estudos e análise da viabilidade	Regulamentação e aprovação pelos conselhos
POLÍTICA DE FINANCIAMENTO	Criar políticas de incentivos ao desenvolvimento de parcerias com entes públicos e pessoas físicas e jurídicas de direito privado, bem como comercialização de bens e produtos desenvolvidos no âmbito da universidade	Para arrecadação de recursos financeiros ou não. Que seja garantido, pelo Estado, o acesso da Universidade a esses recursos financeiros de forma livre e desimpedida.	Implementação em um prazo máximo de 1 ano.	Criando uma comissão para realizar o estudo e propor a melhor forma de institucionalizar essas políticas.
POLÍTICA DE FINANCIAMENTO	Garantir que os recursos da fonte 240 (recursos oriundos de locação de cantinas, copiadoras, multas de	O valor retornando 100% poderá ser utilizado para a reestruturação das bibliotecas com aquisições de	Implementação em um prazo máximo de 1 ano.	Criando uma comissão para realizar o estudo e buscar isso junto ao governo do Estado

	bibliotecas) sejam revertidos para a UNEMAT em 100% do valor arrecadado	livros e modernização dos espaços e da infraestrutura tecnológica das biblioteca		
POLÍTICA DE FINANCIAMENTO	Criar leis, normas e regimento permitindo que a fundação receba as taxas e mensalidades de cursos, eventos ofertados pela UNEMAT.	Os recursos oriundos destas taxas e mensalidades devem retornar para o câmpus de origem das ações.	Implementação em um prazo máximo de 1 ano.	Criando uma comissão para realizar o estudo e buscar isso junto ao governo do Estado

6. REFERÊNCIAS

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Planejamento Estratégico Participativo (PEP): Relatório. Unemat: Cáceres, 2015.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Estatuto da Unemat. Resolução N° 002/2012 – CONCUR

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria N° 4.059, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2004.